



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DO DIA  
Identificação: CIDADES 9  
Data: 29/11/2012

## Justiça ouve testemunhas de tiroteio no Huse

Gabriel Damásio

gabrieldamasio@jornaldodias.com.br

A juíza Soraia Gonçalves de Melo, da 8ª Vara Criminal de Aracaju, começou a ouvir ontem, no Fórum Guercino Bessa, as 18 testemunhas arroladas no processo que apura o tiroteio ocorrido em 27 de abril deste ano, na Avenida Santa Gleide, bairro São Carlos (zona oeste de Aracaju), ocasião na qual foi morto o pai-deiro Jailson Alves de Souza, 32 anos. O confronto é apontado como causa da "Chacina do Huse", na qual três pacientes foram mortos a tiros dentro do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), na mesma noite.

Durante todo o dia, a magistrada e os advogados ouviram os depoimentos de 16 testemunhas, sendo 12 indicadas pelo Ministério Público, e quatro indicados pela defesa dos dois réus apontados no processo: o agente socioeducativo Ralph Souza Monteiro e o presidiário Willames Aranha dos Santos. Os dois estão sendo processados por crime de homicídio qualificado, apesar de estarem em lados opostos. Ralph é sobrinho de Jailson e o acompanhava no São Carlos na uma busca por uma moto de sua propriedade que tinha sido roubada por Aranha. O pai-deiro levou um tiro nas costas, possivelmente disparado pelo réu, e morreu no Huse. Já o agente também estava armado e, mesmo baleado no pé, atirou contra outros dois homens.

Um deles é Carlos Henrique Oliveira Cardoso, 26, cunhado de Aranha e investigado por tráfico de drogas, que chegou a ser preso pela polícia e morreu em 13 de junho, por complicações do tiro que feriu seu ombro. O outro é Cledson Silva Santos, 21, um dos três pacientes mortos no hospital por outros três tiros de Ralph: o vigilante Ginaldo Alves de Souza e os policiais militares Genilson Alves de Souza e Jean Alves de Souza - destes, apenas o tenente Genilson permanece detido no Presídio Militar de Aracaju (Presmil) (veja



mais no boxe). No confronto, uma menina de 12 anos e a vizinha dela, de 28 anos, também ouvidas como testemunhas, foram igualmente feridas a tiros ao passar pelo local, mas sem gravidade.

Na audiência de ontem, duas testemunhas que não haviam sido intimadas não compareceram ao Fórum e deverão ser ouvidas no próximo dia 17 de dezembro. Uma delas é Camila Santos Amaral, 20, que era namorada de Carlos Henrique e foi sendo presa no dia seguinte à morte dele, com 27 quilos de maconha, em uma casa no Jardim Centenário (zona oeste). Hoje, ela está em liberdade provisória. Estas testemunhas devem ser ouvidas junto com os dois réus, que irão se apresentar suas alegações à juíza. Ralph tam-

bém responde em liberdade aos processos pelo tiroteio da Santa Gleide e pela "Chacina do Huse". Já Willames permanece em prisão preventiva.

Familiares dos dois réus também compareceram ao Fórum para acompanhá-los nos depoimentos. Os de Aranha, acusado também pelo roubo da motocicleta de Jailson Souza, alegaram que, no dia do tiroteio, ele estava em São Paulo, fazendo um bico como ajudante no transporte de uma carga de material de construção. Uma namorada do acusado afirmou que chegou a receber, em seu telefone celular, uma ligação de um telefone público da capital paulista e, ao retornar, certificou-se de que Willames usou este telefone, instalado em um posto de gasolina. Já

os parentes de Ralph não quiseram falar com os jornalistas e os acusaram de "divulgar apenas um lado da história" desde a "Chacina do Huse".

Ao final da audiência, a promotora Cláudia Daniela Franco, do MP, divergiu do advogado George do Sacramento Santos (de Ralph) e do defensor Vinícius Menezes Barreto (de Aranha), os quais tentaram ampliar o número de testemunhas de defesa e pediram a convocação da delegada Thereza Simony Nunes Silva, da Polícia Civil, responsável pelo inquérito policial que investigou o caso. Ela deve ser ouvida também na audiência do dia 17. Após isso, MP e defesa apresentam suas alegações finais e a juíza Soraia Gonçalves decidirá se os réus irão ou não a júri popular.